

Desenhos de itinerário

Gênero cartográfico e cultura visual dos sertões do Brasil Meridional (1768-1774)

Dibujos itinerarios: Género cartográfico y cultura visual de los sertões del sur de Brasil (1768-1774)

Itinerary drawings: Cartographic genre and visual culture of the backlands of Southern Brazil (1768-1774)

Dessins itinérants: Genre cartographique et culture visuelle des sertões du sud du Brésil (1768-1774)

Denise A. S. de Moura



Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabilis/5028>

DOI: 10.4000/terrabilis.5028

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrônica

Denise A. S. de Moura, « Desenhos de itinerário », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 12 | 2019, posto online no dia 29 dezembro 2019, consultado o 06 janeiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/terrabilis/5028> ; DOI : 10.4000/terrabilis.5028

Este documento foi criado de forma automática no dia 6 janeiro 2020.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Desenhos de itinerário

Gênero cartográfico e cultura visual dos sertões do Brasil Meridional
(1768-1774)

Dibujos itinerarios: Género cartográfico y cultura visual de los sertões del sur de Brasil (1768-1774)

Itinerary drawings: Cartographic genre and visual culture of the backlands of Southern Brazil (1768-1774)

Dessins itinérants: Genre cartographique et culture visuelle des sertões du sud du Brésil (1768-1774)

Denise A. S. de Moura

NOTA DO AUTOR

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, proc. n. 15/21136-3

Introdução

- 1 Desvendar o viés etnográfico da história da cartografia é uma ação epistemológica que contribui para visibilizar povos e culturas sub-representadas que tiveram sua memória apagada pelos processos de civilização promovidos pelas sociedades modernas ou pelos processos de formação de Estados, como ocorreu com os povos indígenas do Brasil, por muito tempo considerados desaparecidos.
- 2 Embora desde o final de 1980 a história destes povos tenha sido alvo de revisões e como consequência imediata levado ao reconhecimento de seu papel como sujeitos atuantes em processos históricos específicos, como os relativos à formação territorial do Brasil e expansão de sua fronteira interna (Cortesão, 2012; Holanda, 1994: 22-23; Kok, 2004;

Oliveira, 2012), ainda são necessárias mais pesquisas que identifiquem a natureza da sua influência no processo de criação de uma cultura visual dos sertões do Brasil.

- 3 Duas questões ainda não solucionadas pelos especialistas da história, e mesmo da geografia, quando lidam com o tema são o tratamento ainda genérico dos grupos indígenas envolvidos no processo de expansão desta fronteira e a associação ainda tímida entre imagem cartográfica e cultura geográfica dos grupos étnicos. Ambas questões se esclarecem mutuamente, pois o conhecimento das idiosincrasias dos grupos étnicos contribui para o pesquisador identificar o viés etnográfico da fonte, muitas vezes tido como apagado pelo traço do cartógrafo.
- 4 No século XVIII o desenvolvimento de uma cultura visual dos interiores das terras do Brasil através de imagens cartográficas foi parte do processo de conhecimento da topografia e das vias de acesso ao território, pois toda imagem possui valor cognitivo. Mas também estas imagens cartográficas, muitas vezes produzidas sem base empírica, contêm muito de invenção territorial e de fronteiras, apoiada em representações sociais diversas, inclusive as do Estado, envolvido na ocasião mais diretamente com a luta pela consolidação de sua soberania.
- 5 Nas ciências sociais e humanas cultura é uma categoria polissêmica e movimenta uma variada e intensa arena de debates. Neste texto é entendida de maneira abrangente, envolvendo tanto a prática, ação como significados herdados, produzidos, percebidos, partilhados e interpretados pelos agentes sociais em interação e conflito. A cultura visual, portanto, não se reduz ao registro visual, mas é uma dimensão da vida e dos processos sociais envolvendo relação dialógica entre observador-observado-registro-público (Menezes, 2005).
- 6 A cultura visual envolve uma “construção visual do social” (Mitchell, 2002: 170) e tanto produz uma dada sociedade, como é produto desta sociedade, de suas contradições, tensões, ambiguidades, ambivalências e reciprocidades. Em uma definição clássica e influente “cultura é um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre (...) o dominante e o subordinado (...) é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa (...) assume a forma de um ‘sistema’” (Thompson, 1998: 17). Assim o desenvolvimento de uma cultura visual dos sertões do Brasil meridional colocou em relação dialógica vários agentes sociais, de autoridades coloniais a populações sertanejas e grupos indígenas.
- 7 Este texto discute um momento específico do desenvolvimento de uma cultura visual de sertões no Império português, através da produção de imagens cartográficas com potência reivindicativa de soberania de Estado, mas que também expressava as potências de outros agentes sociais, como participantes das expedições de mapeamento aos sertões do sul do Brasil, como dos autores destes desenhos. A imagem utilizada foi classificada por esta investigação como desenho de itinerário, pois ao ser associada aos relatos escritos pelo seu autor foi identificado que seu objetivo era o de exibir e explicar dois caminhos percorridos em um processo de mapeamento.
- 8 A conclusão alcançada pela pesquisa foi a de que este desenho faz parte de um gênero cartográfico, cuja definição e interpretação espera oferecer algumas definições que contribuam para o pesquisador lidar com a pluralidade e volatilidade da imagem cartográfica evitando assim “generalizações atribuídas ao ‘mapa’ singular e precisar o tratamento do mapa como uma imagem-objeto complexa, variável e instável que (...) pode ser abordada rigorosamente” (Lois, 2015: 4).¹

- 9 Entende-se, portanto, que a colocação de questões específicas para um desenho que definam o seu gênero contribui para “domesticar” a multiplicidade da imagem cartográfica, possibilitando ao pesquisador ferramentas para escavar outros agentes, contextos e processos sociais que não apenas os dominantes e que patrocinam estes desenhos, como o previne em relação a perda das complexidades e diversidades dos processos de construção do pensamento geográfico, das espacialidades, do mapa, da cultura visual cartográfica, da cartografia e dos agentes sociais envolvidos nos processos de mapeamento.
- 10 Conforme foi de modo seminal definido por alguns especialistas, existe um largo conjunto de mapas “fora da cartografia” (Lois, 2015: 7),² ou seja, portadores de imagens cartográficas ou representações visuais de espaço, mas que podem não recorrer a todas as convenções, linguagens, ou códigos de representação cartográfica. Definir o gênero cartográfico, portanto, pode contribuir para estabelecer algumas características estáveis e que dirigem a análise, como temas, ausência de aspectos formais, circunstâncias de confecção, autoria (s), padrões de textos nos traçados, representações gráficas. Entende-se, entretanto, que o gênero cartográfico não é uma categoria rígida, sem flexibilidade, pois uma mesma imagem cartográfica pode conter vários gêneros (Lois, 2015: 7).
- 11 Tanto o desenho de itinerário ora analisado como os relatos que o explicam indicam o viés etnográfico de seu autor. Este viés não é entendido neste texto como saber erudito e científico sistematizado em manuais ou corpo teórico, conforme exigências de uma disciplina ou campo científico, mas como ação de observação da cultura material e de movimento espacial do grupo indígena que habitava a região mapeada, ou seja, os sertões do sul do Brasil, que então abrigavam dentre outros povos, os pertencentes à família linguística cultural Macro Jê, identificada na documentação e confirmada através de dados etnográficos já consolidados para esta região pelas investigações de antropólogos e arqueólogos (Iriarte, 2016; Souza & Merencio, 2013; Tommasino, 1995). Este viés do autor do desenho deve ser ainda entendido como ação seletiva, que escolhe o que observar, descrever ou como descrever, de acordo com interesses em jogo.
- 12 Autoridades e exploradores envolvidos no projeto oficial de mapeamento do nordeste do atual estado do Paraná arquitetado gradualmente desde a assinatura do Tratado de Madri (1750) pela Coroa portuguesa visando expandir a fronteira interna dos então denominados sertões do Tibagi, Ivaí e Campos de Guarapuava (Bellotto, 2007) praticaram etnogeografia, ou seja, observaram e capturaram as influências humanas sobre o meio para entendê-lo e dar-lhe uma representação visual.
- 13 A importância geopolítica destes sertões, concebidos administrativamente como parte da capitania de São Paulo, devia-se tanto à sua riqueza mineral (Goulart, 2013) como a sua estratégica malha fluvial que corria em direção ao internacional rio Paraná, cujo curso das águas seguia até o estuário do rio da Prata – região não apenas disputada por ambas Coroas ibéricas, mas na qual Portugal e Espanha tiveram uma história em comum desde o século XVI. O rio Paraná também era uma via fluvial com afluentes que corriam para a fronteira do Mato Grosso, outra zona aurífera e de comércio onde inclusive era praticado contrabando (Jesus, 2006) e com uma população indígena que, se evangelizada por outra Coroa, poderia endossar suas reivindicações de direitos de soberania sobre a região (Herzog, 2015: 72-73).
- 14 O projeto de exploração destes sertões foi executado pelo governador da capitania de São Paulo, D. Luis de Sousa Botelho Mourão, entre 1768 e 1773, com patrocínio da Coroa

portuguesa, mas originalmente projetado pelo geógrafo genovês Francesco Tosi Colombina em 1752 (Moura, 2019), portanto, logo após a aprovação do Tratado de Madri e previa a formação de uma “Companhia dos Soldados aventureiros, ou Pedestres” (Andrade & Neto, 1974) para os trabalhos de mapeamento, fornecendo ainda algumas coordenadas sobre a presença de índios nestas terras, nomeando-as como “sertão do gentio” ou “Campos do gentio Guarapiaba”, o que sugere o reconhecimento da soberania de grupos indígenas sobre o espaço mapeado, pois atribuía uma sentida de autoridade prévia sobre o lugar.

- 15 Este projeto foi enviado para o Rei e certamente era de conhecimento dos exploradores sob a gestão de D. Luis, pois desde o início demonstraram estar informados desta presença indígena que norteou observações e decisões sobre a logística das expedições. Outras informações referentes a direções a serem seguidas em campo foram provenientes da tradição oral dos antigos sertanistas, recorrentemente evocada em seus relatos.
- 16 Alguns pesquisadores observaram que apesar de algumas vezes inexistir materialidade no saber geográfico indígena, este “pode estar oculto nos mapas europeus” (Barcelos, 2010: 2) ou elaborados pelos colonos e o recurso a alguns dados, como os de caráter etno-arqueológicos dos grupos indígenas estabelecidos na região em questão contribuem para identificá-los. Neste sentido, os grupos nativos indígenas de maneira virtual ou concreta, como guias, foram uns dos responsáveis pela construção da representação visual dos sertões ibero-americanos. Para alguns autores, a terra era o melhor mapa para os grupos ameríndios na América do Norte (Lewis, 1998: 242), significando que esta traduzia conhecimentos geográficos grafados por percursos e usos.
- 17 Partindo do pressuposto de que a imagem cartográfica não é algo estabilizado em um mapa definido conforme os padrões da cartografia moderna ocidental, baseado em princípios geométricos de latitude e longitude e matemáticos euclidianos, mas compreende uma larga variedade de gêneros (Lois, 2015), os desenhos de itinerário foram um destes gêneros que pelas suas características de confecção menos técnica tenderam a deixar mais visíveis os traços de outros sujeitos sociais envolvidos na sua elaboração.
- 18 Conforme alguns pesquisadores já concluíram, cartografia é um trabalho de múltipla autoria, pois a “feitura de mapas topográficos, corográficos e geográficos [se dava] em conjunto, [envolvendo] vários agentes sociais, dentre ‘picadores de mato’, indígenas e práticos afeitos aos sertões” (Bueno, 2011: 3), sendo pertinente também considerar que estas participações poderiam ser virtuais, presenciais, deliberados ou não.
- 19 Desenhos manuscritos de itinerários possuíam autoria e metodologia própria, ou seja, o explorador, não necessariamente profissional da ciência e da técnica cartográfica, que elaborava seu desenho em jornada pelo terreno e em circunstância de expedição individual ou coletiva, motivado por ambições próprias, como curiosidade ou vencer desafios, mas também em missão oficial com a obrigação de percorrer caminhos e informar sobre as direções deste percurso. Mas além de produzir informações, o ato de realizar uma jornada visando percorrer e aprender um itinerário também era alimentado por informações que o norteariam, obtidas previamente ou durante o trajeto, através de leituras de antigos geógrafos ou audição de informações práticas, obtidas pela oralidade, que habilitavam o explorador a “ler” no terreno rastros,

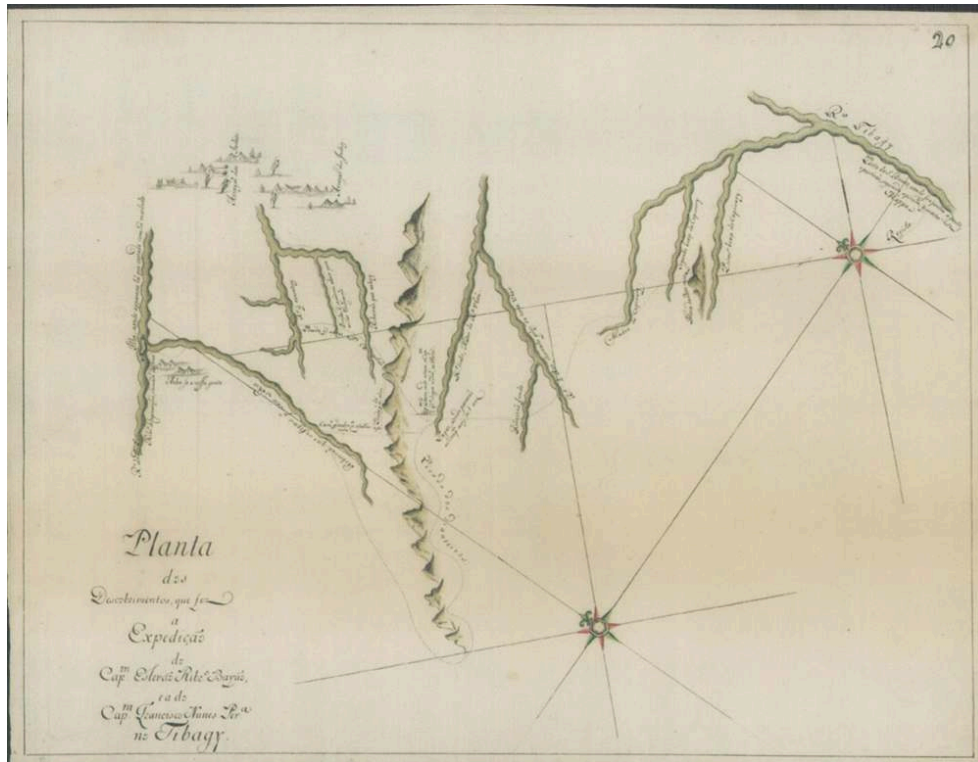
caminhos e trilhas dos índios, que traduziam sua espacialidade performática em formas de uso, ocupação e mobilidade.

- 20 Do ponto de vista do Estado, a necessidade de desenhos como estes deve ser entendida à luz da mudança de paradigmas de consciência sobre o sentido de soberania, na qual conquista territorial passava a ser entendida não como empreendimento militar e pela força, mas pela demonstração de alguns requisitos, como ocupação produtiva e conhecimento. Esse último aspecto é reforçado pela opinião do autor do desenho de itinerário que será analisado, que concluiu sobre a “destreza do (...) Gabinete da Corte, que ao mesmo tempo que procurava executar as suas ocultas máximas as soube encobrir à vigilância do vulgo, contemporizando os desejos, que tinha de ver penetrado, e *indagado* este sertão”.³
- 21 As instruções dadas por D. Luis aos soldados e comandantes das onze expedições que percorreram os sertões do Tibagi orientações para o levantamento de dados topográficos e de aspectos físicos da malha fluvial e assim, mais do que trincheira estas instruções pensavam na construção de um conhecimento geográfico escrito e visual de uma região. Assim toda a “novidade” que achassem deveriam “escrever em o diário, e este será subscrito, e declarado com tanta clareza e verdade, pela qual se possa traduzir relações e mapas dignos de todo o crédito e estimação”.⁴
- 22 O conteúdo dos diários de jornadas pelos sertões escritos por estes soldados está repleto de sinais e rastros indígenas usados para traçar os contornos de alguns desenhos de itinerários, como o intitulado “Planta dos Descobrimentos que fez a expedição do capitão Estevão Ribeiro Bayão e a do Capitão Francisco Nunes Pereira do Tibagi”. No estudo sobre as expedições do século XVIII aos sertões do sul do Brasil ainda faltam pesquisas cujo escopo seja a compreensão do desenvolvimento de uma cultura visual destes sertões, os agentes envolvidos e a natureza das suas relações entre si e com o Estado, que identifiquem seus vários tipos de imagens cartográficas, suas finalidades, sabendo-se que uma das principais, eram a construção visual da soberania portuguesa sobre a região, o que poderia, inclusive, garantir a consolidação da sua própria soberania sobre a região disputada. Em relação a este tópico as pesquisas ainda utilizam de maneira suplementar as imagens (Kok, 2004; Belloto, 2007).
- 23 A “Planta dos Descobrimentos” foi feita pelo padre Francisco Antonio de Santa Teresa do Espírito Santo, religioso da ordem de S. Bento e conventual do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo⁵ durante a segunda expedição a estes sertões ocorrida entre julho de 1769 e abril de 1770.
- 24 Em um primeiro momento foi feita uma análise “externa” deste desenho, de seus aspectos formais, de modo a estabelecer um conjunto de características físicas mínimas deste gênero cartográfico. Em seguida será discutida a circunstância e objetivo de sua produção. Este segundo tópico leva aos agentes sociais envolvidos neste processo, às outras intenções de uma imagem cartográfica para além de cumprir instruções oficiais ou produzir uma imagem espacial. Ambas etapas deste artigo apontam para uma imagem cartográfica flexibilizada face aos padrões cartográficos convencionais e para uma circunstância de produção *in loco* nos sertões aproveitando dados etnográficos dos grupos indígenas Macro Jê para a definição dos contornos do interior do Brasil meridional.

Traços de desenhos de itinerários

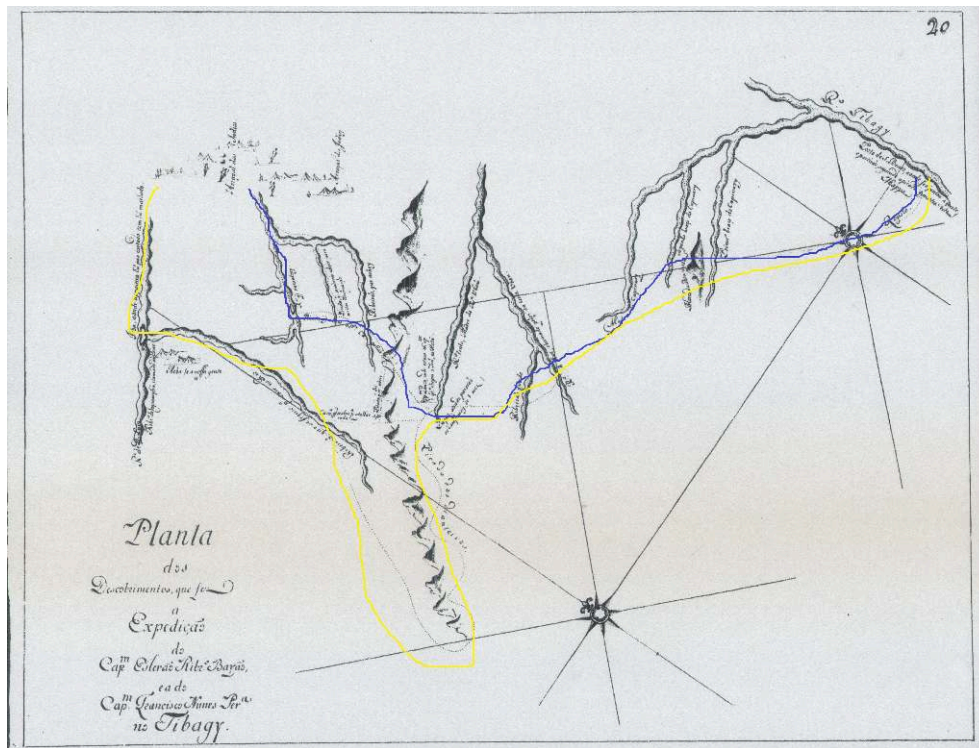
- 25 O desenho de itinerário ora analisado faz parte de um processo de desenvolvimento de uma cultura visual dos sertões do Tibagi iniciado informalmente no século XVIII com os mapas sertanistas anônimos, como o denominado “Parte do governo de São Paulo [e] parte dos domínios da Coroa de Castella” e que avançou ainda nesta condição informal até 1755, quando Manuel Ângelo Filgueira de Aguiar desenhou um mapa por encomenda do sertanista Ângelo Pedroso Leme, que deu entrada com este documento visual anexado a outras certidões no Conselho Ultramarino com o objetivo de endossar suas reivindicações de direitos de posse e exploração do ouro nesta região (Moura, 2019). Segundo pesquisador da área este mapa foi base de inspiração para outros, tornando-se nos 100 anos posteriores à sua criação uma “referência cartográfica importante desta porção do território” (Picanço, 2011: 2). O fomento desta cultura visual dos sertões do Brasil meridional através de imagens cartográficas, portanto, não partiu da Coroa, mas de sertanistas e externamente à esfera institucional, o que certamente provou certo desconforto nos círculos oficiais, pois mapas neste período tinham autoridade política e forjavam soberanias e já em 1768 a Coroa deu aval ao governador D. Luis de Sousa Botelho Mourão para iniciar os trabalhos de mapeamento dos chamados sertões do Tibagi.
- 26 Parafraseando uma liderança política do movimento de independência do norte da América, Sebastian Bauman, que questionou sobre o que seria a história de um país sem mapas, a atmosfera geopolítica da época para conselheiros do rei e diplomatas era a do que seria de uma nação soberana sem mapas. Assim, reagindo a iniciativas cartográficas avulsas e individuais como a deste sertanista a Coroa portuguesa foi receptiva à iniciativa do geógrafo Francesco Tosi Colombina de, juntamente com uma proposta de exploração, também desenhar uma imagem geral, como o fez, dos sertões do sul do Brasil desde Sorocaba até o rio da Prata.
- 27 A “Planta dos Descobrimientos”⁶ é um desenho manuscrito pertencente a um atlas copiado pelo governador D. Luis e faz parte da coleção Morgado de Mateus, título de nobreza do então governador, conservada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e encontra-se na versão original e cópia, como exibido respectivamente abaixo, nos mapas 1 e 2. Para este texto foi utilizada a cópia (Mapa 2) por possuir maior qualidade de reprodução digital. Ao contrário do original, na cópia os escritos estão mais nítidos e legíveis:

Figura 1. Planta dos Descobrimentos que fez a expedição do capitão Estevão Ribeiro Bayão e a do Capitão Francisco Nunes Pereira do Tibagi



Fonte: Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico]: com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das missoens do Paraguay, [S.l.: s.n.], [1775], 1 atlas ms. (28 f.) : col., desenhado a nanquim ; 42 x 49,5. Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em : http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033420/cart1033420.pdf

Figura 2. Cópia da Planta dos Descobrimentos que fez a expedição do capitão Estevão Ribeiro Baião e a do Capitão Francisco Nunes Pereira do Tibagi



Fonte: Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico]: com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das missoens do Paraguay, [S.l.: s.n.], [1775], 1 atlas ms. (28 f.): col., desenhado a nanquim; 42 x 49,5. Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461104/mss1461104.pdf

- 28 O desenho original foi feito em nanquim, os traços dos rios foram preenchidos com cores (tom de verde) e duas rosas de ventos foram utilizadas para dar representação gráfica ao rumo seguido pelos exploradores. As linhas sudeste e sudoeste da rosa situada à direita superior do desenho encontram com as linhas norte-noroeste da rosa inferior e finalizam na direção sudeste do mapa. O desenho traz um sertão triangulado por instrumento de direção de ventos, de uso antigo na navegação e contém uma geometria prática de sertanejo, ou seja, de alguém que chegou a uma forma geométrica por direções cardeais, sem medidas matemáticas, não existindo inclusive petipé.⁷ Em certo momento do diário de jornada do autor do desenho este pediu desculpas ao comandante geral pelos erros, pois apesar de na tropa existirem duas agulhas, “estas desde o princípio [lhe] escassearam, e não [sabia] delas”.⁸ Portanto, o autor do desenho tinha algumas noções técnicas e as utilizou para expressar sua prática de sertão.
- 29 O desenho de itinerário não foi assinado pelo padre e os dois comandantes da expedição, Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes, tiveram seus nomes estampados no título. Na correspondência de D. Luis com o comandante geral das expedições, Afonso Botelho de Sampaio e Sousa e nas cartas e diários de soldados e oficiais Estevão Ribeiro Baião aparece como tendo sido vereador da câmara de Curitiba em 1768 e um dos que assinou uma representação para a construção de uma capela e hospício da ordem de São Francisco.⁹ Nesta expedição, ao chegar no rio que recebeu o nome de D. Luis, Baião adoeceu e retornou para casa, onde morreu em “fins de dezembro” de 1769. O capitão de Auxiliar Francisco Nunes, da Vila de Iguape, que o seguiu e entrou no sertão em 13

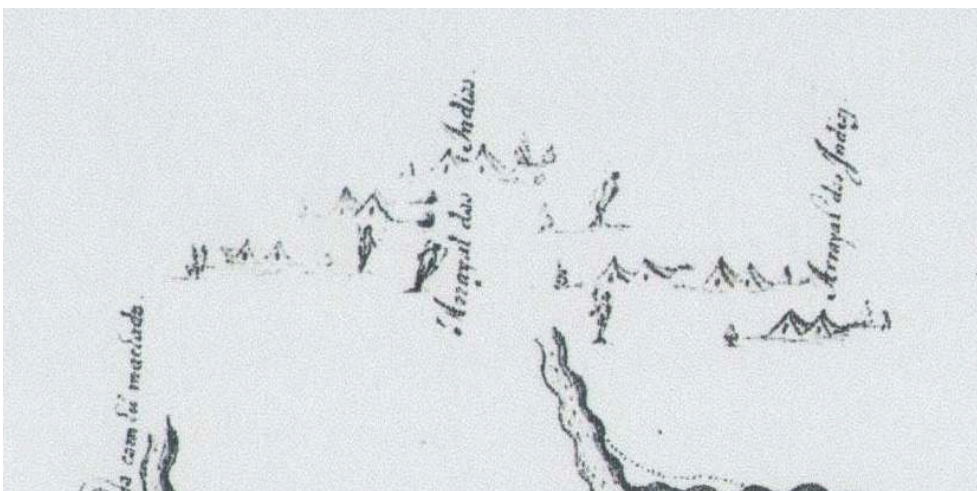
de agosto para “o reforçar”, acabou tendo o mesmo fim e faleceu de doença a 26 de maio de 1770 na praça do Iguatemi, portanto já no Mato Grosso, região que poderia ser alcançada navegando o rio D. Luis recém nomeado.¹⁰

- 30 A assinatura de imagens cartográficas não era algo comum na época, mesmo nos mapas feitos por engenheiros militares, porque de modo geral as imagens de natureza cartográfica eram concebidas associadas a um texto e ambos se esclareciam mutuamente. Considerando o desenho analisado, um percurso não pode ser compreendido apenas através do traçado, mas necessita de explicações sobre como foi feito e os motivos para a escolha de tal direção e não outra. Conforme informava o padre “remeto um tal, ou qual mapa no princípio do diário; nelle verá também, o que digo”.¹¹
- 31 No texto o autor do desenho também poderia colocar em destaque suas destrezas e êxitos na jornada. E tanto quanto comandar uma expedição, alcançar lugares específicos e demonstrar esta ação era uma outra forma de alcançar reconhecimento social.
- 32 Membros do clero regular, detentores de diferentes campos e níveis de erudição foram agentes envolvidos com a produção de mapas na América portuguesa e alguns pesquisadores têm se empenhado na investigação da cartografia praticada pelos padres da Companhia de Jesus. (Barcelos, 2010b: 3). Pouco se sabe, contudo, sobre a atuação de padres de outras ordens religiosas neste campo do conhecimento no qual os Estados modernos se tornaram tão dependentes para provar seus direitos de posse e soberania e este desenho de itinerário vem em certa medida suprir esta lacuna.
- 33 No desenho existe um pontilhado com a frase “picada que abriu o frade capellão”,¹² esclarecida no diário da jornada, que expressa paralelismo, mas também contraposição a “picada dos dianteiros”, ou seja, os soldados e cabos da expedição. O capelão não concordava com este caminho. Como este mapa foi enviado para o comandante geral da expedição e em seguida para o governador D. Luis, seu autor teve o objetivo de dar visibilidade a dois itinerários através de pontilhados: um que prosseguia a oeste, aberto pela picada do padre e orientado pela linha da rosa dos ventos superior (destacado com linha azul na Figura 2; o outro seguia em direção sudoeste alongando-se no papel até a linha oeste da rosa dos ventos inferior (destacado com linha amarela na Figura 2. Ambos itinerários dariam na mesma direção oeste. Mas a picada dos dianteiros avançava em muito os limites do sertão triangulado do padre.
- 34 Além do desenho identificar a picada aberta pelo padre, rios e ribeirões em seu perímetro foram indicados em primeira pessoa: “rio que encontrei”, “ribeirão que achei”. O padre também escreveu um diário de jornada no qual descreveu desde o início da expedição a partir do porto de S. Bento até sua decisão de separar-se do grupo e seguir a própria picada sinalizada no mapa, ou seja, ele procurou demarcar a sua posição perante o comandante geral.
- 35 A certa altura de uma de suas correspondências, escrita em 11 de novembro de 1769, portanto antes da morte de ambos capitães o comandantes Afonso Botelho de Sampaio e Sousa enviou a D. Luis um mapa desta expedição que confirmava a autoria do padre: “vae este mapa que veio de dentro feito pelo frade que tem andado alguma coisa desgostoso por não seguirem uma picada que hia abrindo, mas se seguissem hião logo dar ao rio Tibagi”.¹³

Etno-itinerários de um gênero cartográfico

- 36 A importância da “Planta dos descobrimentos” na história da cartografia luso-brasileira do século XVIII deve-se à sua circunstância de produção, ou seja, na conjuntura da primeira iniciativa da Coroa em mapear e construir visualmente um espaço percorrido desde o século XVII baseado em informações topográficas levantadas em jornadas oficiais realizadas por soldados. O levantamento destas informações foi norteado por um viés etnográfico, no sentido de dirigir o olho para os sinais dos povos indígenas no meio natural, pois estes eram indicativos dos obstáculos ou facilitadores do acesso ao interior do continente. Tais informações foram organizadas em texto e desenhos e o espaço percorrido foi fragmentado para ser mais bem compreendido pelos exploradores. Este desenho foi produzido para o governador com o objetivo de o prover com documentos de peso para demonstração de conhecimento geográfico, que declarassem uma autoria oficial de sertões e posteriormente pudessem servir como materiais para a defesa dos direitos de posse e soberania do Estado.
- 37 Por outro lado, um desenho de itinerário revela também o quanto a cartografia não se restringe a uma mera ferramenta de estado para afirmar ideologias, limites territoriais e poder de estado, pois vários realizadores se envolvem nos processos de mapear e cartografar e expressam suas concepções de espaço, suas ideologias e interesses próprios em meio às missões oficiais.
- 38 Apesar do título deste desenho estampar o protagonismo português ou do colonizador na expansão e conhecimento da fronteira interna de uma região, sua leitura integrada aos diários da jornada feita pelos exploradores, sua correspondência oficial e cartas indica que suas incursões foram dependentes dos sinais dos índios, o que os levou a contínuos exercícios etnográficos.
- 39 Tanto a picada dos dianteiros a sudoeste como a do padre a noroeste terminavam no “Arraial dos índios”, um dos sinais mais explícitos no desenho sobre os ameríndios, conforme a figura 3 abaixo, recortada da parte superior esquerda da Figura 2:

Figura 3. Arraial dos Índios [Detalhe da Figura 2]

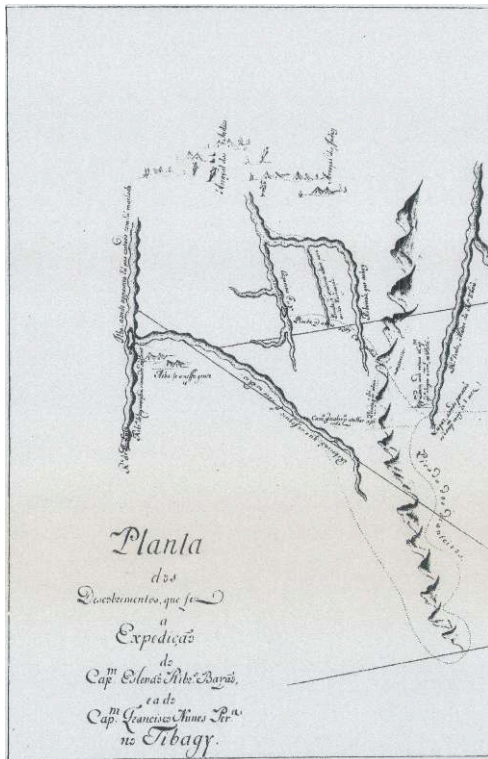


- 40 O alvo da expedição era atingir o rio do Peixe, representando pela convenção gráfica da linha ondulada, à esquerda da figura 4 mas já lançado com o novo nome, o de D. Luis, conforme dado pelo comandante geral das expedições. Certamente para efeito de

orientações dos exploradores, manteve-se o antigo nome apenas no ribeirão que corria à sua margem, como aparece na figura 4 acompanhado da frase “ribeirão de Capivarussu, chamado do Peixe”.

- 41 No curso do rio de D. Luís viviam os indígenas que os exploradores chamaram Xuclan, conforme palavras “que se lhes tem percebido”¹⁴ e que pelas pesquisas arqueológicas e antropológicas (Souza & Merencio, 2013) corresponde a região ocupada pelos Xokleng atuais ou Laklanos, de acordo com a nomenclatura nativa (Popó, 2015: 14). O itinerário seguido pelos soldados a sudoeste era visivelmente mais longo, pois contornava uma longa cordilheira. Além disto o padre representou os alojamentos dos “dianteiros” à certa distância dos arraiais dos índios e, inclusive, separado por um rio que recebeu a frase “ribeirão que se seguiu para sair no rio” (o de D. Luis). Estas representações gráficas e escritos colocados em evidência no desenho serviam para enfatizar o quanto o caminho alternativo do padre estava correto.

Figura 4. Caminho feito pelos dianteiros contornando a cordilheira para atingir o rio de D. Luis, antigo rio do Peixe [Detalhe da Figura 2]

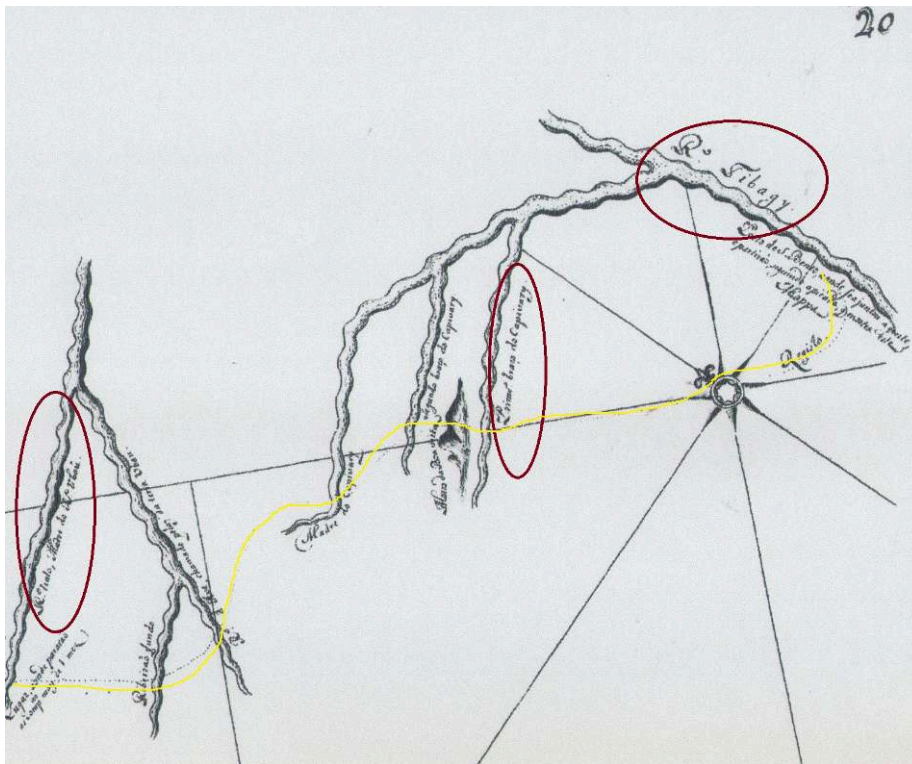


- 42 Mas a cordilheira que no desenho do padre significava um obstáculo prolongador da picada dos dianteiros, na cultura indígena Macro Jê significava defesa do inimigo. Dados etnológicos hoje comprovam que estes grupos indígenas eram inimigos dos Tupi-Guarani oriundos tanto do litoral como das fronteiras com o Paraguai e ao fugirem para os sertões do Tibagi escolheram estes elementos topográficos para se protegerem (Silva, 2001: 134). Assim, elementos da cultura defensiva Jê eram apropriados pela nascente cartografia dos sertões do sul do Brasil, mas com finalidades específicas, como fez o padre-desenhista. Nos documentos escritos esta mesma cordilheira foi apropriada pelo projeto de mapeamento da Coroa portuguesa como elemento natural de defesa diante das incursões das tropas hispânicas.

- 43 A divergência do padre com os outros integrantes da companhia, representada visualmente e por escrito, no seu diário de jornada, dizia respeito a controvérsias havidas com o comandante geral Afonso de Sousa sobre o rumo a seguir. Antes da partida da expedição este comandante mostrou ao padre um mapa que indicava o rio do Peixe. Segundo este mapa, este rio trazia “o seu princípio do sul para o norte”, caía para noroeste, de acordo com a linha da rosa dos ventos inferior, na qual fazia barra com outro que corria do Sudoeste para o dito ponto”.¹⁵ O padre por sua vez acreditava que “eram somente convenientes os dous rumos de oeste, e noroeste, e não os do sul, e ainda sudoeste”, demonstrados na rosa dos ventos superior. Assim, concluía, “porém ultimamente poderá dizer o que quiser, vendo que enquanto não largou o rumo do Sul, e sudoeste não se fez cousa alguma, ainda que neste convencimento mais obraram as teimas do Mota, que outra razão alguma”.¹⁶
- 44 Há indícios no diário da jornada de que, embora ambos itinerários terminassem no Arraial dos índios, a “crença” do padre, como ele mesmo denominava a sua conclusão, de que deveriam seguir a direção noroeste pode ter sido derivada da comunicação verbalizada que ele, único integrante da expedição, conseguia ter com os índios com os quais cruzara na jornada, pois os sertões do Brasil não eram vazios humanos, mas espaços sempre percorridos por indígenas ou por sertanejos (Delano-Smith, 2006: 16). Enquanto soldados e capitães liam a geografia indígena disposta no terreno, através das suas formas de ocupação e trilhas abertas, o padre possuía outras habilidades no processo comunicativo, verbalizando o contato, o que o habilitou a abreviar o seu trajeto através de uma direção alternativa a que lhe havia sido apresentada pelo comandante no mapa acima mencionado.
- 45 Em uma das cartas o mesmo comandante geral Afonso Botelho forneceu dados que sugerem que o padre estava mesmo munido de maiores habilidades comunicativas, ao informar que havia sido ordenado a um capitão que fosse vestida:
- a índia, que vai para servir de língua, e em companhia de meia dúzia de homens a mandar adiantar do mais corpo, e pela língua os chamará, e procurará vir a fala com eles, e se Deus for servido tenham práticas, se chamará ao padre capelão, para ensinar a língua, o que deve dizer-lhes, e o que deles se pertende (sic), e o capitão convidará aos que vierem a fala.¹⁷
- 46 Suas expectativas diziam que seguindo estas instruções seria “fácil a comunicação” nos sertões.¹⁸
- 47 Mas além da possibilidade de comunicação verbal com os índios o padre seguia instruído nas lições do geógrafo espanhol Sebastián Medrano, que em um mapa havia localizado as antigas vilas castelhanas de Vila Real e Vila Rica,¹⁹ destruídas pelos portugueses de São Paulo no século XVII e os itinerários dos antigos sertanistas eram também indígenas, pois feito com ou em direção a eles, como mostrou um estudioso do assunto (Holanda, 1994: 19 e 25). Mesmo o próprio governador D. Luis de Sousa, no século XVIII, após ouvir “notícias” do dito padre, admitia: que “o trânsito da passagem dos índios [examinado pelo padre] (...) são as únicas que pode haver para o nosso continente descobertos os fundamentos das antigas povoações castelhanas”.²⁰
- 48 A etnografia sertanista e sua oralidade, portanto, se impuseram às autoridades régias, que as adotaram nos trabalhos de expansão da fronteira interna dos sertões do sul e da sua representação visual. Como escrevia o comandante geral das expedições, “as contínuas saídas do gentio, que ocupa os grandes sertões do Tabagi há nove anos (...) movem o Ilmo e Exmo Sr. General a mandar invadir o dito sertão”.²¹

- 49 A apropriação dos rastros indígenas sobre os terrenos dos sertões do Brasil Meridional tornou-se parte do plano político das próprias autoridades régias envolvidas no processo de mapeamento desta região, o que mostra quão fictícias eram as imagens que os Impérios construían de si como forças soberanas e autossuficientes em relação às populações nativas sobre as quais facilmente se impunham planos de urbanização e política de Diretórios, como alguma historiografia tende a defender (Derntl, 2010; Malcher; 2012).
- 50 Havia uma dependência das autoridades régias e de seus projetos geopolíticos da geografia indígena, mas também um reconhecimento da soberania destes povos, como sugere uma correspondência de D. Luis trocada com o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo Castro solicitando-lhe uma “idea” sobre construir praças de armas em algumas partes deste sertões, onde os soldados, as “nossas bandeiras” como dizia, “se vão fazer de mantidos e munições, e refrescar de tudo o necessário (...) e que haja outra da mesma importância no sertão do Tibagi para o mesmo efeito” e com estas:
- praças e alguns fortes nas passagens dos índios, que eu sei perfeitamente, nos cobrimos e fortificamos de sorte que ficam impenetráveis os nossos sertões para podermos desfrutar seguramente as inconsideráveis riquezas.²²*
- 51 O uso da terceira pessoa associada aos índios para se referir a estas passagens sugere a percepção das autoridades da Coroa em relação a quem possuía soberania nestes sertões.
- 52 Mas para além da representação do arraial dos índios, sinal mais evidente do viés etnográfico do desenho, havia também outros mais sutis, apenas esclarecidos quando aplicado o método da leitura integrada desenho-manuscrito. As instruções imperativas recebida pelo capitão Estevão Ribeiro Baião de que deveria colocar nome a tudo, cujas nominatas” deveriam ser “conforme as de ‘Portugal’”, sugerindo superioridade do processo de mapeamento oficial eram fragilizadas pelo exibido no desenho, ou seja, uma toponímia predominantemente indígena.
- 53 A Figura 5 abaixo mostra rios tais como Capivay, Tibagy e Ubaú, de origem Tupi. O rio Ubaú, conforme o padre escreveu na própria linha que o representava era assim chamado “pelos da terra”, certamente referindo-se aos índios, pois os outros dois nomes já eram amplamente empregados pelos sertanistas. Embora esta região fosse um enclave de grupos da família cultural linguística Macro Jê (Souza & Merencio, 2013), tais como os Xokleng e Kaingang, houve um histórico prevalecimento da língua Tupi no Brasil, falada por grupos indígenas que por habitarem o litoral foram os primeiros a estabelecer contatos com os portugueses.

Figura 5. Toponímia fluvial tupi e marcha inicial dos dianteiros e do padre [Detalhe da Figura 2]

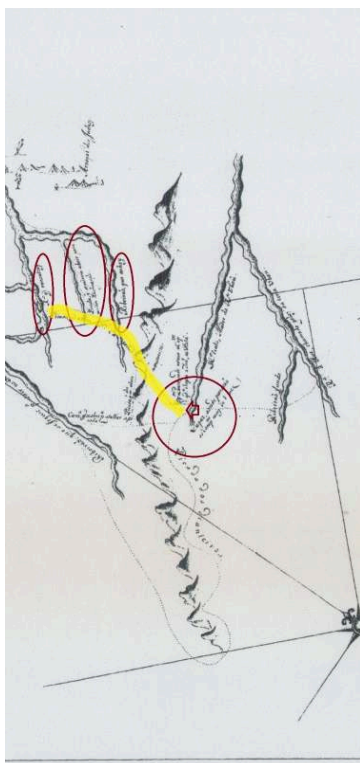


- 54 Esta língua teve seu vocabulário e gramática estudada e sistematizada pelos jesuítas e era praticada pelos sertanistas, que também fizeram uso de suas expressões para nomear lugares, artefatos e outros grupos indígenas, podendo-se falar em uma espécie de tupinambização da topografia de um lugar, mesmo quando ocupado por grupos indígenas falantes de língua distinta (Urban, 1992; Bauer & Norton, 2017: 10; Schwartz, 1988: 43). Assim, a toponímia fluvial tupi orientou o início da jornada dos “dianteiros” e do padre, representada nos pontilhados que seguem a direção dos rios e assinalada em amarelo no mapa.
- 55 Além da toponímia Tupi orientadora de ambas jornadas, os próprios caminhos percorridos pelos índios Jê e marcados no terreno também cumpriam esta função. No diário do tenente Francisco Lopes da Silva, um dos dianteiros que seguiu direção oposta à do padre, à sudoeste, este informava que quando se encontrava no ribeirão que desciam para alcançar o rio do Peixe (ou de D. Luis, sinalizado na figura 2 acima) e onde está o acampamento onde permaneceram um mês, ao avistar a cordilheira de serra, desenhada no mapa, vieram ao seu encontro alguns camaradas e cabos que diziam ter encontrado um “caminho de gentio que seguia para a parte de ocidente, e que também viram fumaças, e o cabo [assegurou-lhe] o estarem os ditos índios abeirando algum rio que estivesse para aquela parte”.²³
- 56 Escreveu o padre em seu diário de jornada sobre a marcha dos exploradores:
- vieram ter os picadores, e consultado às ocultas o rumo, que haviam de seguir, assentaram deviam ir a oeste quarta de sudoeste (diziam eles) porque pelo tal rumo tinham ido ao rio, como porque pelo tal rumo que íamos ao quarto dia topariamos com os índios.²⁴
- 57 Apesar das discordâncias, o padre prosseguiu no itinerário dos soldados, que ainda acreditavam estar seguindo caminhos de índios, confiando nos informes do Cabo Mota

e que dizia que “adiante havia muitas fumaças de índios”. Entre a data desta notícia, conforme lançado no diário – 8 de agosto – e o mês de setembro atingiram o ponto sinalizado na figura 6 abaixo, com as inscrições “lugar onde pararão companhias mais de 1 mês” e “pouso onde estava o capitão, quando chegou o tenente e o Mota”.

- 58 Neste cruzamento de contextos dos soldados, que sugere, portanto, maior força do grupo militar, o padre decidiu prosseguir com a sua própria “bandeira”, como denominou a sua marcha no diário de jornada que escreveu e a representou no pontilhado (marcado em amarelo) com a inscrição “picada que abriu o padre capelão”. Ao associar sua marcha a uma “bandeira”, no texto, o padre evocava as antigas “bandeiras” de desbravamento dos sertanistas, que possuía reconhecimento e prestígio junto às autoridades. Ao longo de sua marcha, conforme assinalado na figura 6 o padre ainda colocou em destaque ações que valorizavam a sua marcha: “ribeirão que achei”; “picada que se poderia abrir para melhorar a navegação”, “rio que encontrei”.

Figura 6. Local de rompimento da expedição e início da marcha alternativa do padre [Detalhe da Figura 2]



- 59 Em sua justificativa para o rompimento com os outros exploradores o padre informou:
 vendo eu a perplexidade, em que se achava o capitão, e confusão, em que se achava a tropa, fui ter com o capitão e disse-lhe que estando deste modo a expedição, estava em risco de perder-se, e que visto isto, lhe rogava, me desse 6 camaradas à minha eleição, que eu queria tomar a minha conta ir ver modos, e caminhos para chegarmos ao rio [D. Luis ?] (...) e além disto me constava, que os antigos sempre fogiram de entrar para esta parte pelo rumo do sul tanto porque por ali *era impenetrável o sertão para estas partes,* como tínhamos experimentando no pouco, que para este rumo tínhamos andado, como porque já estávamos em parte, por donde podendo *penetrar com mais brevidade o sertão.*²⁵
- 60 E com “alguma repugnância [segundo o padre, o capitão] aceitou o negócio”, lembrando que o caminho dos antigos eram também os percorridos pelos índios. Prosseguindo em

sua picada o padre foi confirmando os rastros dos índios mais rapidamente, menciona o ribeirão que foi lançado no desenho como “ribeirão que achei” e no diário de jornada escreveu: “viemos ter a um ribeirão de bastante água e poços. Corria de sul para o norte inclinando as suas correntes para noroeste”.

61 Chegaram a um campestre, “que mostrava ter sido queimado”, o que sugere o sinal de uma coivara. Mais adiante, perto de um córrego, encontraram uma “panela de índios já sem fundo” e deram nome ao córrego de “Córrego da Panela” em alusão ao objeto dos índios. Neste local pousaram e viram “fumaças dos fogos dos índios para a parte do Norte”. Embora alguns sinais topográficos não tenham sido explicitados no mapa, a descrição dos rastros indígenas encontrados ocorreu no pontilhado da “picada do padre”.

62 Observações de viés etnográfico como estas fortaleciam as intuições do padre de seguir para noroeste, mesmo quando persuadido a seguir o do Sudoeste:

Neste pouso chegou um próprio do senhor capitão com a alegre notícia de ter chegado o tenente, dizendo ter descoberto o Rio do Peixe (D. Luis) (...) e me segurava, que para cá da serra não havia rio algum, ao que respondi que os meus olhos já então diziam outra cousa; e que enquanto eles paravam, para abrir o caminho (“caminho que se abriu para atalhar – impedir que corresse a picada”) que me concedessem a faculdade para acabar a diligência. E que quanto aos índios (...) que seria o que Deus quisesse.²⁶

63 Os grupos indígenas Xokleng e Kaingang, em virtude da compressão de suas terras pela expansão dos grupos falantes do Tupi-Guarani, como foi comprovado posteriormente pelos arqueólogos (Souza & Merencio, 2013) tenderam a se nuclear nas terras altas, campos e rios dos sertões do Tibagi, dado etnográfico este que complementa em retrocesso a observação dos dianteiros.

64 Estas vias fluviais que formavam a espacialidade destes grupos indígenas foram o alvo principal desta expedição de mapeamento, prevalecendo em representações gráficas. Ao todo 14 linhas explicitavam rios ou ribeirões, traçadas no desenho mesmo quando não conseguiam nominá-los, dizendo apenas “rio que achei” ou “rio que encontrei”. Este desenho de itinerário, portanto, expressava uma etno-hidrografia.

65 Um desenho de itinerário mais do que identificar lugares e direções, nominava o trajeto de quem fazia a jornada através do emprego da primeira pessoa em suas inscrições. Este gênero cartográfico ao flexibilizar a definição de mapa, mais do que indicar direções ou lugares, expressava relações de disputa e poder presentes nas circunstâncias de mapeamento e nos processos mais amplos de construção dos Estados modernos. Padre e soldados disputavam direções a seguir e sutilmente deixavam manifestar a fricção da época entre o poder laico e o religioso, cuja expressão mais intensa havia ocorrido na década anterior com a expulsão da Companhia de Jesus do Império português. Nas palavras do padre, os soldados alegaram de que seria “vergonha seguir a um frade”, mas ele reagiu a este argumento, retrucando “que talvez estivesse a expedição com outro adiantamento se se fizesse o que o frade dizia”.

66 Os soldados queriam seguir o caminho indicado pelo comandante no início da expedição, mesmo advertidos de que este poderia ser alterado de acordo com a conveniência:

como pode suceder que os rumos que se declaram para o capitão seguir a sua derrota (suposto forão marcados nos mapas deste continente) não sejam os que se devem seguir, o capitão como vay cabalmente instruído do empenho desta

diligência que procurara executar o fim della pelo caminho, que achar mais fácil para o bom êxito do que se pertende.²⁷

- 67 O padre, por sua vez, queria seguir as instruções presentes no mapa do geógrafo Medrano, nas notícias dos antigos sertanistas e na possibilidade de comunicação verbal que tinham com os próprios índios.
- 68 Os sertões também foram uma tribuna de disputas entre padrões diferentes de observações etnográficas e, portanto, de autoridade deste tipo de conhecimento. Os soldados diziam que na picada que abriram encontraram algumas abelheiras “tiradas de alguns tempos” e pelos “cortes de machados” concluíram “não parecia de índios”. Posteriormente o padre encontrou em sua picada o mesmo e concluiu que “intendo, que o gentio apanhou os machados aos homens, que o ano passado mataram ao Monte Negro (...) pois se for certo o meu juízo, já conhecem sua utilidade, e sabem usar deles”.
- 69 E assim cada vez mais a Bandeira do padre encontrava mais sinais indígenas que o faziam prosseguir e por conseguinte, ampliar o traçado de seu desenho de itinerário: viram ‘picada de índios já antiga’; encontraram uma “caraatuba” e entenderam ser “roça antiga dos índios”; acharam “uma abelheira tirada a fogo pelos índios, e um fogão rio abaixo, e no Pouso da queda um pau queimado dos índios.”²⁸
- 70 O padre satisfez seu propósito de obter o reconhecimento de sua empresa pelo governador D. Luis, quando demonstrou no desenho a sua picada, mesmo intitulando-o com os nomes dos comandantes. Em 8 de novembro de 1770 quando o governador D. Luís escreveu ao secretário dos Negócios da Marinha e domínios Ultramarino, já de posse do desenho de itinerário considerou o padre “muito inteligente para estas cousas”, ou seja, de sertões, pois segundo ele há um ano este padre havia entrado por “Curitiba (...) e deixado examinada toda a corrente do rio D. Luis (que terminava em uma aldeia indígena, como pode ser visto no mapa acima), do rio Tibagi, do rio Piquiri, Salto Grande de Guacyra e rio Gurey”.

Conclusões

- 71 Desenhos de itinerário são um gênero cartográfico que possuem determinadas características formais, finalidades e processo de produção muito particulares em relação aos mapas definidos conforme as convenções da cartografia euclidiana praticada pelos engenheiros cartógrafos em seus gabinetes de trabalho. Quando produzidos em circunstâncias de mapeamento oficial visando a criação de uma cultura visual das terras interiores da América que fundamentasse a defesa de interesses geopolíticos dos Estados marítimos europeus estes desenhos se ampararam no conhecimento geográfico das populações nativas expresso através de sua maneira de percorrer e usar os espaços, possuindo assim um viés etnográfico, podendo inclusive ser classificados como etno-desenhos de itinerários.
- 72 Para identificar um gênero cartográfico e demonstrar o quão ele pode evidenciar mais claramente alguns processos disfarçados pela cartografia técnica, geometrizada e matemática foi analisado um desenho de itinerário produzido por um frade beneditino durante as expedições de mapeamento ocorridas entre 1768-1773 nos então chamados sertões do Tibagi, região correspondente ao atual nordeste do Paraná.
- 73 Este desenho foi lido juntamente com os diários de jornadas escritos pelo seu próprio autor, com relatos de soldados e com a correspondência oficial trocada entre as

autoridades envolvidas com a organização e execução destas expedições. A interpretação dos resultados obtidos através desta leitura integrada deu-se através da história cultural da cartografia e da própria proposta teórico-metodológica de gênero cartográfico, que ao proporem novos inquéritos à imagem cartográfica permitiram a valorização de vários aspectos contidos no desenho e que poderiam ser desconsiderados por uma concepção de cartografia mais fechada em padrões de rigor técnico-científico estabelecidos pela cultura moderna ilustrada.

- 74 Desenhos de itinerário produzidos na circunstância histórica descrita tiveram como uns de seus autores padres de ordens religiosas, porque estes eram parte da comunidade de letrados da época. Quando não profissionais da cartografia, estes padres detinham ao menos noções básicas da técnica cartográfica, como o manuseio de alguns instrumentos ou convenções gráficas que permitiam a criação de produtos visuais com autoridade discursiva reconhecida e que poderiam compor os dossiês de documentos oficiais dos governadores encarregados da missão de produzir material escrito e visual que legitimasse as reivindicações de soberania da Coroa.
- 75 Apesar de ainda vigorar uma atmosfera hostil aos religiosos das ordens derivada da expulsão da Companhia de Jesus do Império português uma década antes, permaneceu uma dependência do Estado em relação aos padres no processo de mapeamento do interior, porque eram estes, inclusive, que tinham condições para estabelecer comunicação verbal com os indígenas, algo que com os leigos tendia a se restringir à comunicação pela leitura dos sinais deixados por estes sobre as terras percorridas. Assim, os desenhos de itinerários quando produzidos por padres expressavam as disputas e tensões entre religiosos e leigos próprias de uma época. Mais do que apontar caminhos de entrada nos sertões estes desenhos mostravam como alguém em especial entrou nestes sertões, ou seja, um padre que queria demonstrar a sua correta razão em relação à soldados e com isto alcançar reconhecimento entre as autoridades.
- 76 Uma perspectiva etnográfica em gradiente permeou a ação de mapeamento dos sertões do Tibagi desde as autoridades metropolitanas, informadas e crédulas nos informes dos antigos sertanistas, que haviam percorrido caminhos indígenas e estavam munidas de antigos mapas que os documentos não detalham quais eram, até soldados também observadores dos sinais indígenas em terra e o padre autor do desenho, que entre informações dos antigos sertanistas e a leitura erudita do geógrafo espanhol Sebatían Medrano, possuía ainda habilidades e instrumentos para verbalizar a comunicação com os índios Xokleng que viviam na região mapeada.
- 77 Um gênero cartográfico como um desenho de itinerário evidencia que no processo de construção do pensamento geográfico do Brasil no século XVIII os índios mostraram as direções de acesso aos seus interiores não apenas como meros informantes ou guias de colonizadores, mas através de espacialidades próprias às suas historicidades e culturas que deveriam ser lidas e interpretadas no “chão” de terra.
- 78 Mais pesquisas, contudo, precisam ser feitas para localizar e contrastar desenhos como estes, para que sejam identificados outros agentes produtores, seus objetivos de produção, suas metodologias, outras características formais que o definem, conceituar com mais precisão seu viés etnográfico ou mesmo medir a participação que índios possam ter tido na sua confecção. Sertanistas também produziram desenhos de itinerários, e alguns indiretamente, como foi o caso de Angelo Pedroso Leme, que o encomendou a Manoel Angelo Filgueira de Aguiar.

- 79 Responder questões colocadas por este texto e definir gêneros cartográficos contribuirá para ampliar o conceito de mapa e a compreensão das complexidades e diversidades do pensamento geográfico e dos processos de mapeamento. Iniciativas como estas já foram parcialmente feitas em trabalho anterior (Moura, 2019), sem, contudo, ser aplicado o conceito de gênero cartográfico ou identificado o viés etnográfico de um desenho.
- 80 Estudos de viés teórico-metodológico recentes, contudo, tem munido os pesquisadores de ferramentas para que os gêneros cartográficos possam ser definidos, o que não significa submetê-lo a enquadramentos analíticos rígidos.
- 81 Em suma, as conclusões alcançadas neste artigo demonstram o potencial dos gêneros cartográficos e especialmente dos desenhos de itinerários confeccionados nos processos de mapeamento do interior do Brasil no século XVIII para desconstruir modelos cartográficos instituídos pelo pensamento moderno, a precedência dos técnicos ou letrados na história da cartografia e dar visibilidade ao saber geográfico de populações nativas expresso em *performance* sobre o terreno e sua influência na construção visual dos sertões.
-

BIBLIOGRAFIA

Andrade, João Corrêa de; Neto, Carlos A. Moreira (1974). *Francisco Tosi Colombina*. Descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. 1ª ed. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

Barcelos, Artur Henrique Franco (2010). “Expedições jesuíticas e cartografia americana: séculos XVII e XVIII”. 3º. *Simpósio Ibero-americano de história da cartografia: agendas para a história da cartografia ibero-americana*. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3344/>

Expedi%c3%a7%c3%b5es%20jesu%C3%a9culos%20XVII%20e%20XVIII..pdf?sequence=1. Acesso em: 18 de jul. 2019.

Barcelos, Artur Henrique Franco (2010). “A cartografia indígena no Rio da Prata Colonial”. *X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional*, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279585458_ARQUIVO_trabalhoArturBarcelos.pdf. Acesso em: 18 de jul de 2019.

Basset, Thomas J. (1998). “Indigenous mapmaking in intertropical Africa”. In: Woodward, David; Lewis, Malcolm. *The history of cartography: cartography in the traditional African, American, Artic, Australian and Pacific Societies*. 1 ed., Chicago: The University of Chicago Press, pp. 24-48.

Bauer, Ralph; Norton, Marcy (2017). “Introduction: entangled trajectories: indigenous and European histories”. *Colonial Latin America Review*, v. 26, n. 1, pp. 1-17.

Bellotto, Heloisa Liberalli (2007). *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Ed. Alameda.

- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira (2011). "Com as mãos sujas de cal e de tinta: homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (sécs. XVI-XIX)". 1^o. *Simpósio Brasileira de cartografia histórica*. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/_BUENO_BEATRIZ_P.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.
- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira (2004). "Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 193-234.
- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira (2009). "Do borrão às aguadas os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo". *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, pp. 111-153.
- Cortesão, Jaime (2006). *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*. 2. ed. São Paulo: FUNAG/Imprensa Oficial, v. 1.
- Davidson, David M. (1970). *Rivers and Empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808*. 509 f. Doctoral thesis. Yale University.
- D'Angelis, Wilmar da Rocha (s/d). *A língua Kaingang*. Portal Kaingang. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/lgua_kaingang.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.
- Derntl, Maria Fernanda (2010). *Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. 225 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Furtado, Júnia. Ferreira (2012). *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Funchal, William de Andrade (2016). *Governo local em uma capitania sem governador. (São Paulo, 1748-1765)*. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista.
- Nestor Goulart Reis (2013) *As Minas de ouro e a formação das capitanias do sul*. São Paulo: Via das Artes.
- Hazard, Paul (2015). *A crise da consciência europeia, 1680-1715*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- Herzog, Tamar (2015). *Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press.
- Holanda, Sérgio Buarque (1994). *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Iriarte, José; DeBlasis, Paulo; De Souza, Jonas Gregorio; Coeteletti, Rafael (2016). "Emergent complexity, changing landscapes, and spheres of interaction in Southeastern South America during the middle and late Holocene". *Journal of Archaeological Research*, v. 24, n. 4, pp. 1-65.
- Kok, Glória (2004). *Sertão Itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec.
- Lewis, G. Malcon (1998). *Perspectives on native American Mapmaking and map use*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lois, Carla (2015). "El mapa, los mapas: Propuestas metodológicas para abordar la pluralidad y la inestabilidad de la imagen cartográfica". *Geograficando*, v. 11, n. 1, pp. 1-24.
- Araujo, Renata Malcher (2012). "A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 41-76.
- Menezes, Ulpiano T. Bezerra (2005). "Fontes visuais, cultura visual. História visual. Balanço provisório, propostas cautelares". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 45, pp. 11-36.

- Mitchell, William J. T. (2002). "Showing seeing: a critique of visual culture". *Journal of visual culture*, v. 1, n. 2, pp. 165-181.
- Moura, Denise A. S. (2019). "Geographical knowledge and mineral riches in the struggle for sovereignty and possession of Southern Brazil (1750-1755)". *Portuguese Studies*, v. 35, n. 1, pp 20-38.
- Jesus, Nauk Maria (2006). *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Picanço, Jefferson de Lima; Mesquita, Maria José (2011). "O sertão do Tibagi, os diamantes e o mapa de Angelo Pedroso Leme". 1ª. *Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica* 10 a 13 de maio, Paraty, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/PICANCO_JEFFERSON_E_MESQUITA_MARIA_JOSE.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.
- Popó, Carli Caxias (2015). *Cosmologia na visão Xokleng*. 36 f. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura Intercultural indígena do Sul da Mata Atlântica), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Schwartz, Stuart (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Souza, Jonas Gregório de; Merencio, Fabiana Terhaag (2013). "A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no estado do Paraná", *Cadernos do Laboratório de Antropologia e Arqueologia*, v. 10, n. 20. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/2495>. Acesso em: 05 maio 2017.
- Urban, Greg (1998). "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas". In: Cunha, Manuela C. da (Org). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 87-102.
- Oliveira, Tiago Kramer de (2012). *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. 313 f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Thompson, Edward P. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Tommasino, Kimiye (1995). *A história dos kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade jê meridional em movimento*. Tese (Doutorado em Antropologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANEXOS

Documentos

Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962.

Planta dos Descobrimientos que fez a expedição do capitão Estevão Ribeiro Bayão e a do Capitão Francisco Nunes Pereira do Tibagi. In: *Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [cartográfico]: com as batalhas que o Illmo. E Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos indios das missones do Paraguay , [S.l.: s.n.], [1775], 1 atlas ms. (28 f.) : col., desenhado a nanquim ; 42 x 49,5. Coleção Morgado de*

Mateus, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033420/cart1033420.pdf

NOTAS

1. No original: “generalizacions atribuídas al ‘mapa’ singular y precisar el tratamiento del mapa como una imagen-objeto compleja, variable e inestable que (...) puede ser abordada rigurosamente”.
2. No original: “fuera de la cartografia”.
3. Cópia de úa carta, e diário que o padre Frei Antonio de Santa Teresa, monge beneditino, escreveu ao tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio. In: Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 180.
4. Ordens para comprir o tenente Domingos Lopes Cascais, comandante da expedição. In: Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 70.
5. Doc. 4. Ordens de Afonso Botelho de Sampaio e Souza a Estevão Ribeiro Baião, capitão de auxiliares da Freguesia de S. José, para a exploração do sertão do Tibagi. Porto de São Bento do rio Tibagi, 18 de jul. 1769, feita neste porto de São Bento, hoje 19 de julho de 1769. Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Nacional.
6. Abreviatura do título original.
7. Rosa dos ventos ou flor de lis e petipé eram peças obrigatórias na confecção de cartas geográficas, corográficas, topográficas e náuticas. Petipé era instrumento técnico, um tipo de régua geralmente situada na parte inferior dos mapas, com indicações de medidas de distância Bueno, 2004, p. 221.
8. Cópia de úa carta, e diário que o padre Frei Antonio de Santa Teresa, monge beneditino, escreveu ao tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio...In: Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 177.
9. Representação dos oficiais da Câmara da vila de Curitiba, comarca de Paranaguá (Pernagua) a (D. João V), pedindo licença para aí se poder fazer um hospício e capela para a Ordem Terceira de São Francisco. Curitiba em Câmara, 1748, junho 15. AHU cx. 98, doc. 1768. São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).
10. 2.520. Ofício do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) Martinho de Melo e Castro, mencionando oficiais que morreram ou ficara inválidos...São Paulo, 1770 novembro 13, cx 27, doc. n. 2520.
11. Cópia de ua carta, e diário que o padre frei Antonio de Santa Teresa, monge Beneditino, escreveu ao tenente coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa. In: Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 178.
12. Picada, segundo o dicionário Houaiss, é um atalho aberto na mata a golpes de facão ou de foice para a passagem de pessoas.
13. Documentos Avulsos em Mendes Gouveia, cx 26, doc 2489, maço 1.
14. Relação do primeiro encontro.... In: Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 226.
15. Picadores e Guias...In: Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 181.
16. Cópia de ua carta, e diário que o padre Frei Antonio de Santa Teresa, monge Beneditino, escreveu ao tenente coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa... Notícia da conquista e

descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 177.

17. Documentos Avulsos em Mendes Gouveia, cx 26, doc 2489, maço 1.

18. Documentos Avulsos em Mendes Gouveia, cx 26, doc 2489, maço 1.

19. Carta do mesmo padre. In: Notícia da conquista e descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 195.

20. Ofício do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis de Sousa Botelho Mourão para o (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) Martinho de Mello e Castro. AHU, cx 27, doc. 256, 9 de abril de 1770.

21. Expedição que sai deste porto de São Bento do rio Tibagi....Notícias, p. 77.

22. Ofício do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis de Sousa Botelho Mourão para o (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) Martinho de Mello e Castro. AHU, cx 27, doc. 256, 9 de abril de 1770.

23. Diário do Porto de São Bento do rio Tabagi para o rio de Dom Luís...In: Notícia da conquista e descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p.164.

24. Diário e Marcha da companhia de que é capitão Estevão Ribeiro Baião. In: Notícia da conquista e descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 1962, p. 184.

25. Bandeira do autor: motivos que teve para a fazer. In: Notícia da conquista e descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 196, p. 189.

26. Bandeira do autor: motivos que teve para a fazer. In: Notícia da conquista e descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, 196, p. 191.

27. Expedição que sai desse porto de São Bento do Rio Tibagi...In: Bandeira do autor: motivos que teve para a fazer. In: Notícia da conquista e descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, Divisão de Publicações, p. 81.

28. Todo diário do padre em Bandeira do autor: motivos que teve para a fazer. Notícias...p. 189-194.

RESUMOS

Desenhos de itinerário são um tipo de imagem cartográfica que mostram que um mapa não é uma imagem-objeto genérica, mas variável nas suas características formais, finalidades e formas de produção. Por terem sido produzidos em campo e em circunstância de mapeamento alguns destes desenhos demonstram marcas de etnogeografias nativas, derivadas da maneira como grupos indígenas ocupavam, usavam e percorriam os espaços. Apesar de estudos anteriores admitirem a contribuição da geografia indígena no processo de expansão territorial do Brasil e de pesquisas recentes defenderem a figura do índio como agente ativo na história ainda não são feitas conexões consistentes entre etnogeografias e imagens cartográficas. Este texto mostra como um desenho de itinerário feito por um padre durante expedições de mapeamento dos sertões do sul do Brasil flexibiliza o conceito de mapa normatizado pela cultura moderna. Para traçar as características essenciais de um desenho de itinerário e verificar seu diálogo com etnogeografias nativas foram lidos em conjunto um desenho e diários de jornada escritos pelos agentes sociais envolvidos na circunstância de produção deste desenho. Os resultados alcançados foram

interpretados à luz de questões colocadas pela história sociocultural da cartografia mais recente e pela proposta teórico-metodológica que propõe a identificação dos diferentes gêneros da imagem cartográfica.

Los dibujos del itinerario son un tipo de imagen cartográfica que muestran que un mapa no es una imagen de objeto genérica, sino que varía en sus características formales, propósitos y formas de producción. Debido a que se produjeron en el campo y bajo condiciones de mapeo, algunos de estos dibujos muestran las marcas de las etnogeografías nativas, derivadas de la forma en que los grupos indígenas ocuparon, usaron y viajaron por los espacios. Aunque los estudios anteriores admiten la contribución de la geografía indígena en el proceso de expansión territorial de Brasil y las investigaciones recientes sostienen que la figura del indio como agente activo en la historia, todavía no hay conexiones constantes entre las etnogeografías y las imágenes cartográficas. Este texto muestra cómo un dibujo de itinerario realizado por un sacerdote durante las expediciones de mapeo en el interior del sur de Brasil hace que el concepto de mapa estandarizado por la cultura moderna sea más flexible. Para rastrear las características esenciales de un diseño de itinerario y para verificar su diálogo con las etnogeografías nativas, se leyeron juntos un dibujo y revistas escritas por los agentes sociales involucrados en las circunstancias de producción de este diseño. Los resultados obtenidos se interpretaron a la luz de las preguntas planteadas por la historia sociocultural de la cartografía más reciente y por la propuesta teórico-metodológica que propone la identificación de los diferentes géneros de la imagen cartográfica.

Itinerary drawings are a type of cartographic image that show that a map is not a generic object image, but variable in its formal characteristics, purposes and forms of production. Because they were produced in the field and under mapping conditions, some of these drawings demonstrate the marks of native ethnogeographies, derived from the way indigenous groups occupied, used, and traveled the spaces. Although previous studies admit the contribution of indigenous geography in the process of territorial expansion of Brazil and recent research advocates the figure of the Indian as an active agent in history, there are still no consistent connections between ethnogeographies and cartographic images. This text shows how an itinerary drawing made by a priest during mapping expeditions in the hinterlands of southern Brazil makes the concept of map standardized by modern culture more flexible. In order to trace the essential characteristics of an itinerary drawing and to verify its dialogue with native ethnogeographies, a drawing and journals written by the social agents involved in the production circumstance of this design were read together. The results obtained were interpreted in the light of questions posed by the socio-cultural history of the most recent cartography and by the theoretical-methodological proposal that propose the identification of the different genera of the cartographic image.

Les dessins de routage sont un type d'image cartographique qui montre qu'une carte n'est pas une image d'objet générique, mais qu'elle présente des caractéristiques formelles, des objectifs et des formes de production variables. Comme ils ont été réalisés sur le terrain et dans des conditions cartographiques, certains de ces dessins montrent les marques des ethnogéographies autochtones, dérivées de la manière dont les groupes autochtones occupaient, utilisaient et parcouraient les espaces. Bien que des études antérieures aient admis la contribution de la géographie autochtone au processus d'expansion territoriale du Brésil et des recherches récentes pour défendre la figure de l'Indien en tant qu'agent actif de l'histoire, il n'y a toujours pas de liens cohérents entre ethnogéographies et images cartographiques. Ce texte montre comment un itinéraire tracé par un prêtre au cours d'expéditions cartographiques dans l'arrière-pays du sud du Brésil assouplit le concept de carte normalisé par la culture moderne. Afin de retracer les caractéristiques essentielles d'un projet d'itinéraire et de vérifier son dialogue avec les ethnogéographies autochtones, un dessin et des journaux écrits par les agents sociaux impliqués

dans les conditions de production de ce projet ont été lus ensemble. Les résultats obtenus ont été interprétés à la lumière des questions posées par l'histoire socioculturelle de la cartographie la plus récente et par la proposition théorico-méthodologique proposant l'identification des différents genres de l'image cartographique.

ÍNDICE

Índice cronológico: 1768-1774

Índice geográfico: Brasil Meridional

Palavras-chave: geografia, exploração geográfica, cartografia, mapeamento, mapas, ameríndios

Palabras claves: geografia, exploración geográfica, cartografía, mapeo, mapas, amerindios

Keywords: geography, geographical exploration, cartography, mapping, maps, amerindians

Mots-clés: géographie, exploration géographique, cartographie, cartes, amérindiens

AUTOR

DENISE A. S. DE MOURA

Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil

Professora Assistente